



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 14

9.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Parente (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Branca José Janeiro Rita Santana, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Celso Silva (em substituição de Diogo Júlio Serra, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Assembleia, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:15 horas.

Apos cumprimentar os presentes começou por informar que tinha acabado de chegar à mesa um pedido para gravação da sessão e como tal o iria colocar à votação da Assembleia. Perguntou à autora do pedido a que fim se destinava a gravação. -----

A autora do pedido disse que estava ali em representação da Televisão do Alentejo e que haviam recebido um comunicado de informação na sua sede, da parte da coligação democrática unitária sobre a realização da Assembleia e gostaria de saber se podiam efetuar a gravação dos trabalhos. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa salientou que o facto de o pedido vir de um órgão de comunicação social não carecia de autorização nem da Assembleia Municipal, nem da mesa, pois que qualquer tipo de reportagem daqueles órgãos tinha livre acesso a uma sessão, que era pública, assim como a todas dos órgãos municipais. -----

A Presidente da Assembleia lembrou que o pedido lhe tinha sido chegado por voz e que não sabia quem o tinha feito, razão pelo qual disse que o iria colocar à votação da Assembleia. Esclarecida que ficou a situação disse que a filmagem podia ser efetuada. -----

Intervenção do público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente da Assembleia informou o público presente na sala, que em Conferência de Representantes tinha sido definido que o período de intervenção dos cidadãos era de 20 minutos. Posto isso, perguntou aos presentes se alguém pretendia intervir. -----

Solicitando o uso da palavra, Alberto Azeitona questionou a Câmara Municipal acerca de uma coima que lhe tinha sido aplicada, relacionada com a sua habitação, geminada com a de um fiscal municipal daquela autarquia. Realçou que a varanda da sua casa tinha sido danificada aquando da construção da casa contígua, colocando em risco a sua integridade e da sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

família. Mais disse que a Câmara Municipal de Portalegre tinha conhecimento da situação, que viciou informação e favoreceu o seu vizinho, descriminando-o a ele e fazendo chantagem com a sua pessoa, porque o obrigaram a fazer um projeto de obras de relevância mínima. A seu ver, a coima que lhe tinha sido aplicada era um ato de extorsão. Perguntou se também tinham aplicado coima ao fiscal municipal, pelas obras que fez no logradouro traseiro e se o mesmo também apresentou projeto para as mesmas, respeitando o alçado tipo da frontaria. Por último, perguntou se a sua habitação ficaria sem muro de contenção de terras. Solicitou que fosse colocada uma foto da sua habitação, para que os presentes pudessem comprovar o que disse e solicitou que fosse entregue uma cópia do assunto a cada bancada dos partidos. --

A Presidente da Câmara, Adelaide Teixeira, referiu que aquela situação já tinha sido analisada várias vezes pelos respetivos técnicos. Acrescentou que tinha sido feita uma vistoria e que os técnicos concluíram que não ocorreram os danos apontados pelo queixoso, o qual também tinha solicitado à Câmara para que fosse feita uma vistoria pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Recordou que não cabia à Câmara provar se tinha havido danos, mas ao interessado e que seria este a ter que a custear e que tanto o técnico da Câmara como o do requerente tinham chegado à conclusão de que os danos não tinham sido provocados pela construção do lado. Mais disse que, posteriormente, o proprietário abriu uma varanda com uma passadeira, para a qual não foi pedida alteração à entidade competente e que por isso lhe foi levantado o processo de contra ordenação, que culminou com a respetiva coima e que embora, mais tarde, tivesse sido legalizada aquela alteração obviamente que a coima não lhe foi retirada. Por fim, referiu que a única coisa que o vizinho tinha feito foi uma pérgola, que já foi vistoriada e que estava isenta de qualquer tipo de licenciamento. -----

Novamente no uso da palavra, Alberto Azeitona disse que o técnico que estava responsável pela sua obra tinha feito um relatório onde mencionou que tinham existido estragos. Portanto, voltou a questionar se seria necessário, ou não, um muro de contenção de terras

A Presidente da Câmara disse que embora não fosse técnica, resultava da vistoria que os danos não tinham sido provocados pela obra do lado. E que se o requerente afirmava ter razão deveria convocar o Laboratório de Engenharia Civil para apresentar um relatório, que depois seria analisado pelos serviços camarários. -----

De seguida solicitou a palavra, Joaquim Claudino, em representação dos comerciantes da Rua do Comércio, que informou a Assembleia Municipal de que todos os comerciantes estavam a atravessar uma fase muito complicada. Disse que atualmente a Rua do Comércio tinha entre 60 e os 70 comerciantes e que estes e os seus colaboradores representavam um universo de cerca de 120 famílias. Salientou que as pessoas não iam à Rua do Comércio, que e desabitaram de entrar naqueles estabelecimentos e que daquela dificuldade surgiu a necessidade de os comerciantes se reunirem e reagruparem para por mãos à obra com novos projetos e situações que queriam ver implementadas. Disse à Presidente do Município que não estavam contra ninguém e que o facto de terem decidido ir à Assembleia Municipal manifestar-se, significava tão só que necessitavam do apoio de todas as forças políticas ali representadas. Mais disse que apesar de terem algumas ideias, que gostariam de discutir, também sabiam da existência de alguns projetos em andamento, tendo desafiado todos a juntarem-se a eles, para se conseguir encontrar uma solução para aquela que em tempos foi a zona por excelência de comércio na cidade de Portalegre. -----

Terminada a intervenção anterior, Jorge Isidro, perguntou à Presidente da Câmara, relativamente ao agendamento das reuniões solicitadas pelos munícipes, qual era o tempo que demorava a aceitar ou a marcar reuniões com os empresários -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em resposta, a Presidente da Câmara disse não saber ao que se estava a referir, uma vez que agendava reuniões até à noite e a qualquer hora recebia pessoas. -----

Pedindo novamente a palavra, Jorge Isidro disse que, provavelmente havia ali situações discriminatórias, visto que enviou um e-mail à Presidente da Câmara, no dia 31 de março de 2015, pelas 14.48, a solicitar o agendamento de uma reunião e que, até à data atual, não tinha obtido qualquer resposta e que gostaria de fazer chegar o e-mail à mesa. -----

Período “Antes da Ordem do Dia”:

Entrado no **Período “Antes da Ordem do Dia”**, a Presidente da Assembleia deu conhecimento aos restantes membros e aos presentes, da correspondência dirigida àquele órgão.

Terminada a exposição, Manuel Carvalho pediu a palavra e disse que enviou um documento à Presidente da Câmara e a todos os Grupos Municipais para dar conhecimento do que se estava a passar relativamente ao telefone da Escola primária de Fortios, relativamente ao qual a Vereadora da área da Educação tinha dito era a Junta de Freguesia que tinha que colocar um telefone na dita escola. Mais disse que trouxe o assunto ao conhecimento dos presentes porque a Junta tinha um parecer da Associação Nacional de Freguesias, que dizia que a Junta de Freguesia não tinha de assumir tal obrigação. -----

Passando ao ponto seguinte, a Presidente da Assembleia referiu que na última Assembleia Municipal tinham sido votadas duas atas, sob a condição de ser nelas consignada qual o sentido da votação. No entanto, ouvidas as gravações e porque se tratava de reuniões ocorridas ainda com a anterior mesa, referiu que não foi possível apurar em alguns assuntos e na totalidade o sentido das votações, pelo que a garantia do sentido da votação só podia ser dada a partir da última sessão. Assim sendo, tendo em conta que as mesmas tinham sido aprovadas sob condição e a condição não se verificou, perguntou aos presentes se queriam vota-las de novo ou se ratificavam a aprovação. -----

O plenário manifestou-se então no sentido de que não havia objeções a que se considerassem aprovadas, tendo a presidente da assembleia dito que seriam colocadas então de imediato no site para divulgação. -----

Pedindo a palavra e no uso da mesma, João Cardoso começou por dizer, como ponto prévio, que cada vez mais a população do distrito deveria assistir às sessões da Assembleia, participar, fazendo chegar opiniões e ideias, o que era muito positivo. Particularmente, louvou a atitude dos comerciantes, pois entendia que só unidos seria possível fazerem algo diferente. Garantiu-lhes que no CLIP teriam um aliado e que estariam sempre ao lado dos comerciantes, apoiando tudo o que fosse bom para a Rua do Comércio. Disse depois que o CLIP tinha três propostas a apresentar, mas que antes ainda gostaria ainda de questionar o executivo municipal sobre as tarifas da água. Sobre este assunto e na sequência da decisão do Governo, no sentido de harmonizar as tarifas das águas entre o litoral e o interior tinha sido anunciada uma redução do preço das águas, em alta, reduzindo em 0,12€/m³, tinham surgido na comunicação social ideias contraditórias, por isso gostaria de saber se estava alguma coisa decidida e qual era a intenção do executivo sobre este assunto. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que a polémica sobre a questão da água se prendia com uma entrevista que tinha dado à televisão que lamentavelmente não tinha passado na totalidade. Nesse sentido, já tinha feito chegar o seu desagrado aos autores da mesma, porque em lado nenhum disse que não iria deixar de fazer refletir o abaixamento da água, naquilo que era a fatura das populações e que defendeu baixar o valor da água que, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portalegre, era extremamente cara, mas que em concreto nada estava ainda decidido quanto ao valor. Porém, conforme tinha dito na entrevista, referiu que se a água baixasse, não seria logo de início refletido na fatura das populações, porque teria de se deixar uma parte para investir no saneamento, se esse fosse o entendimento do executivo camarário. Mais acrescentou que esteve na Reitoria da Universidade Católica de Lisboa, num debate, onde referiu que o país não podia estar a duas velocidades, pois havia grandes discrepâncias sobre o valor da água já uns que tinham a água muito mais cara que outros. Face à descontextualização da entrevista informou a Assembleia que tinha emitido um comunicado, que passou a ler.-----

De seguida, Hugo Capote pediu a palavra e, no seu uso, disse ter uma moção de censura para apresentar à Câmara Municipal de Portalegre, face ao que se tinha passado no último ano e meio e em particular perante o ato de incúria da falta de um orçamento, acharam que não podiam deixar de o fazer.

Posto isto leu, de forma resumida, a moção que se transcreve:-----

Moção de censura - CDU

“A CDU orgulha-se de ter sempre uma postura responsável e construtiva quer fosse no desempenho de cargos autárquicos, quer seja na oposição, sem responsabilidades executivas diretas.

O trabalho, o empenho, a dedicação, o espírito de serviço público e a capacidade de diálogo e de estabelecer consensos, sem abdicar das suas convicções, foram o denominador comum de vereadores como Adriano Capote, Joaquim Miranda, Jorge Arranhado, Casimiro Menezes, Luís Pargana ou Hugo Capote, que apesar de nunca terem estado em maioria deram o seu contributo para o bom funcionamento de diferentes executivos municipais e para o progresso do concelho de Portalegre. O seu trabalho e o seu exemplo são património, não apenas da CDU, mas de todos os portalegrenses e do concelho de Portalegre na sua pluralidade, embora, lamentavelmente, tal não seja aproveitado pela atual maioria e pela sua tentativa hegemónica.

Passado um ano e meio de mandato do CLIP à frente dos destinos de Portalegre, impõe-se um balanço e uma análise retrospectiva ao exercício autárquico desta maioria.

1. O executivo CLIP, encabeçado pela Presidente Adelaide Teixeira não cumpriu praticamente nenhuma das promessas que fez durante a campanha eleitoral, deixou agravarem-se as condições de vida das pessoas, desleixou o espaço público provocando a degradação das ruas da cidade, das estradas municipais, das fontes, dos jardins e espaços verdes, das passadeiras para peões e da sinalização de trânsito, desprezou os equipamentos municipais, como é o caso da piscina coberta dos Assentos, do edifício histórico dos Paços do Concelho, da Quinta da Saúde, para citar apenas alguns exemplos a que se somam as escolas e jardins de infância do concelho, que desde 2011 recebem relatórios da autoridade de saúde a denunciar falta de condições de saúde e segurança e até a Biblioteca Municipal e o CAEP têm, há anos, a climatização avariada e vão dando sinais de degradação progressiva e de falta de manutenção. Dir-se-á que este executivo concluiu a escola da Praceta... Mas a que custo? Com mais de um ano de atraso, o que prejudicou o arranque de dois anos letivos consecutivos e com a concessão de prorrogações gratuitas aos empreiteiros, onerando o erário público. E menos de um mês após a abertura da escola, o relatório da Delegada de Saúde foi preocupante quanto às deficiências, nomeadamente no plano da segurança. Neste caso fez devagar, mal e caro, e inaugurou uma obra inacabada, onde aprendem crianças.
2. Após ano e meio deste mandato autárquico verificamos, com pesar, que o concelho está parado e tem regredido em variadíssimos aspetos, sobretudo sociais e económicos e isso acontece por responsabilidade política da maioria CLIP que tem revelado uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

severa surdez perante todas as críticas, propostas ou sugestões que lhe são apresentadas por munícipes ou eleitos, seja na Câmara Municipal seja na própria Assembleia Municipal.

3. Neste ano e meio de mandato, a presidência da Câmara Municipal de Portalegre, está já marcada por uma invulgar insensibilidade democrática, desmesurada ambição de protagonismo e total insensibilidade social. A insensibilidade democrática ficou patente logo no início do mandato quando Adelaide Teixeira prescindiu da colaboração de todos os vereadores, não lhes atribuindo pelouros e retirando-lhes os gabinetes que no mandato anterior estavam atribuídos tanto ao PS como à CDU. Até hoje, nunca esta maioria cumpriu a Lei do Estatuto da Oposição, o que marginaliza em especial as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, mas sem assento no executivo camarário, e desconsidera toda a oposição. A desmesurada ambição de protagonismo da líder do CLIP revelou-se também no início do mandato quando retirou todas as competências da Câmara Municipal que era possível delegar, concentrando-as em si ou nos vereadores da maioria. Mas, não contente com este excesso de poder, Adelaide Teixeira banalizou os despachos presidenciais sobre matérias não delegáveis, recorrendo à figura da “ratificação posterior”, incluindo em assuntos com contornos públicos, como nomeações ou até a celebração de protocolos. Esta maioria governa pelas aparências, como ficou ilustrado quando o CLIP “cavalgou a onda” do “Abraço em Defesa do Quartel da GNR”, que foi proposto pelo vereador da CDU, e acabou por deixar sozinhos na mesa os vereadores que a acompanhavam na conferência de imprensa então realizada para dar uma entrevista, em exclusivo, para a televisão e para as rádios presentes.

A insensibilidade social do CLIP ficou patente quando não clarificou a posição da Câmara quanto ao encerramento de escolas nas freguesias do concelho, como aconteceu com as escolas de Vale de Cavalos e de Carreiras e não apoiou a posição dos pais em defesa das escolas dos seus filhos, cobrando-lhes o autocarro em que estes se deslocaram a Évora para reunirem com as estruturas regionais do Ministério da Educação. Ou quando em 2014 prometeu publicamente não aumentar o preço da água ao mesmo tempo que aumentava as taxas de saneamento que lhe estão indexadas. Ou com o aumento em 2015 que obriga as associações culturais, desportivas e recreativas do concelho, e também as IPSS e instituições de beneficência, a pagarem mais 33% pela água, do que pagavam em 2014. E quando confrontada com a baixa do preço da água que a Câmara passará a pagar à empresa gestora da água, insiste em não baixar os preços que os portalegrenses pagam e que são os mais altos praticados em todo o País.

4. Pode dizer-se que esta maioria não faz e não deixa fazer. A maioria chumba, ou ignora todas as propostas apresentadas pelo vereador da CDU como foi o caso da revisão dos espaços de estacionamento pago, concretamente na área circundante ao Mercado Municipal, ou a retificação das carreiras dos trabalhadores do Município resolvendo injustiças de muitos anos, ou a elaboração de um plano de reparação das ruas da cidade e freguesias rurais, estradas e caminhos municipais e requalificação dos espaços públicos. A este respeito, a maioria nada fez e mesmo as poucas obras que se têm registado, têm sido obra das juntas de freguesia e não da Câmara Municipal. Ainda assim, só em abril de 2015 a Câmara procedeu à transferência da verba protocolada com as juntas de freguesia para a transferência de competências e que segundo o protocolo deveria ter sido transferida numa única tranche, até final do ano 2014. E estando já no segundo trimestre de 2015, a maioria CLIP não apresentou ainda qualquer nova proposta de protocolo com as juntas de freguesia, para o ano em curso, provocando a oneração daqueles órgãos autárquicos, sobrecarregados com as competências que são da Câmara e que esta não executa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

5. A maioria CLIP, encabeçada por Adelaide Teixeira, tem revelado uma total incompetência para governar. Desde logo pela falta de planeamento. Mas também pela falta de uma estratégia para o progresso de Portalegre e para o bem estar dos portalegrenses. Note-se que o único debate estratégico realizado na Câmara e na Assembleia Municipal no presente mandato resultou da proposta apresentada pela CDU num documento estratégico para o desenvolvimento de Portalegre que definia “a indústria como fator fundamental para criar emprego, gerar riqueza e promover o bem estar social, numa cidade aprazível e num concelho sustentável” e que foi chumbado na Câmara, com os votos contra da maioria absoluta, mas aprovado na Assembleia Municipal. Note-se que o objetivo deste documento estratégico era a captação de fundos estruturais no âmbito do “Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI” e do programa “Crescimento, Emprego e Fomento Industrial” que acabaram por passar ao lado de Portalegre, sem captar um cêntimo de investimento. Como também passou ao lado de Portalegre a apresentação pública do novo Quadro Comunitário de Apoio (“Portugal 2020”) vergonhosamente “empurrado” para Elvas, por falta de condições logísticas na capital de distrito - a nossa cidade de Portalegre!
6. Não obstante as desculpas, as vitimizações e até as acusações dirigidas contra a oposição, sempre com uma evidente falta de consistência, a verdade é que o CLIP não tem cumprido. Apesar da folgada maioria absoluta que obteve nas eleições, o CLIP tem-se revelado incapaz de cumprir até as suas próprias promessas.
7. Este incumprimento tem sido justificado com um exercício de contenção e austeridade financeira, alegadamente, com vista à recuperação económica da autarquia.
8. Ao fim de quase 4 anos (tantos quantos os que foram presididos por Adelaide Teixeira) de desinvestimento, perda de trabalhadores autárquicos e subida de taxas e de custos de serviços cobrados aos portalegrenses, a situação económica e financeira da CMP está longe de ter melhorado e não apresenta sinais de retoma.
9. O esboroamento da coesão política do CLIP, refletido na perda da maioria que detinha na Assembleia Municipal e tendo como paradigma a renúncia do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eleito pelo CLIP, Dr. Jorge Mangerona, em Dezembro último, apenas demonstra a erosão da base de apoio que elegeu o CLIP e que se sente, diariamente, entre os nossos conterrâneos.
10. Para cúmulo de toda esta situação, a Câmara Municipal de Portalegre encontra-se sem estratégia, sem planos e sem documentos previsionais há quase 5 meses.
11. A não aprovação do orçamento e grandes opções do plano para 2015, em novembro de 2014, obrigava o executivo CLIP à apresentação de uma nova proposta para se reiniciar a discussão destes documentos tão necessários à ação governativa de qualquer executivo responsável.
12. Passaram-se praticamente 5 meses e nem sequer um esboço de orçamento ou de grandes opções do plano é conhecido. Seja por incapacidade, falta de liderança, ausência de visão estratégica ou, mais simplesmente, uma cómoda negligência de quem não quer apresentar novos documentos e sujeitar-se ao processo democrático de discussão e concessão, o que é certo é que uma das principais funções de um executivo camarário ainda não se cumpriu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

13. A não apresentação do orçamento tem o seu lado de tragicomédia, com a maioria a anunciar na reunião de Câmara de 6 de abril, a sua apresentação na reunião de 20 de abril, e a convocar para 14 de abril uma reunião específica para a sua discussão, que foi desconvocada no próprio dia! Seria cómico se não fosse tão trágico, até porque estas desmarcações sem aviso têm sido prática neste mandato, como aconteceu com as reuniões extraordinárias previstas para debater o Conservatório Regional de Música, ou a Fundação Robinson.
14. A prática da maioria CLIP tem raiado os limites da indignidade. Nunca na história autárquica da Câmara Municipal de Portalegre, em 41 anos de Democracia, se tinha assistido à demissão de um Presidente da Assembleia Municipal, por divergências com a força política que o elegeu; a uma “bancada de dissidentes” eleitos pela maioria; a uma governação sem orçamento nem grandes opções do plano por tática política da maioria; à total desconsideração pelas oposições, com ataques pessoais e com a usurpação de competências da Câmara que já provocaram o abandono de uma reunião de Câmara, por parte de todos os vereadores da oposição.

Nunca se tinha assistido a uma tão grande degradação da democracia e da dignidade do Poder Local Democrático, a um nível só comparável com a degradação a que está a chegar o concelho de Portalegre e as condições de vida dos portalegrenses.

Perante este facto, a oposição tem duas opções.

Pactuar com a incúria, o desmazelo e a incapacidade demonstradas pelo executivo CLIP, ou não desistir de lutar por Portalegre e, afirmando-se como uma oposição atenta, exigente e proativa, elevar a qualidade da ação governativa do CLIP, despertando a consciência daqueles que foram eleitos em nome da melhoria de vida dos portalegrenses.

Consequentemente, consideramos não nos restar outra alternativa que não seja a da apresentação de uma moção de censura ao executivo CLIP, que ficará também na história autárquica de Portalegre, por nunca ter acontecido em 41 anos de democracia, mas que pretende funcionar como a “chicotada política” necessária para que a maioria altere a sua atitude arrogante e a sua inércia governativa e cumpra o mandato que recebeu dos portalegrenses nas passadas eleições autárquicas e comece finalmente a governar Portalegre, ouvindo os portalegrenses, respeitando as oposições, estabelecendo consensos e tomando as decisões de que Portalegre precisa.”

Lido o documento, Hugo Capote disse que perante a gravidade e importância do mesmo, solicitava à mesa que fosse aberto um período de discussão e posterior votação.

A Presidente da Assembleia disse que iria, obviamente, conceder um período para discutir a moção e depois passar à votação da mesma.-----

Pedindo a palavra e no seu uso, Luís Testa disse que o assunto que lhes era ali levado, por uma bancada relevante, eleita por portalegrenses daquela Assembleia Municipal, demonstrava a gravidade da situação vivida por todos, em Portalegre e exigia reflexão e uma atitude. Confrontou os muitos portalegrenses que ali estavam e questionou se era de facto aquela cidade e aquele concelho que queriam para o seu futuro e dos seus filhos, se foi para aquilo que dedicaram dias inteiros de trabalho e que investiram, se eram aqueles os resultados que esperaram obter. Disse aos comerciantes presentes ali que os eleitos do PS seriam sempre, naquela como em todas as questões, aliados dos portalegrenses. Também disse ao membro João Cardoso que os eleitos do CLIP eram os responsáveis pelo estado a que se tinha chegado, após quase dois anos daquele mandato, a que se somavam dois anos de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mandato anterior, o que representava um mandato inteiro em contínuo com a mesma estratégia, a mesma Presidente e a mesma linha de rumo, que os levou até ali. Um ano e meio até poderia não dar para inverter a situação, mas quatro anos dava, seguramente, para fazer qualquer coisa. Sublinhou que o PS tinha alertado várias vezes para a necessidade de serem dadas condições às Juntas de Freguesia, as quais tinham feito, de facto, muitas vezes competências que eram da Câmara, mesmo sem recursos e sem finanças, de darem mais condições às associações que se preocupavam com o desenvolvimento do concelho e ainda para às empresas, ao comércio e aos portalegrenses. Hoje, como ontem, estavam enclausurados entre duas ideias: entre a ideia de que era preciso pagar uma dívida que não se tinha pago, a todo custo, mesmo que fosse a custo de não pagarem a própria dívida e a ideia de ter um projeto relevante para o concelho, com captação de investimento, atração de população e criação de postos de trabalho, porque esta é a única fórmula de angariar receitas para o município e para o concelho, ajudando assim a pagar a dívida, na qual estavam enterrados. Portanto, esta ultima é a obrigação de uma Câmara Municipal consciente e responsável, devia fazer uma intervenção a sério e que dotar o concelho das infraestruturas necessárias para que pudessem superar esta fase negra da história de Portalegre. Por último, disse que o grupo do PS prescindia dos 5 minutos, dizendo que concordava com a moção de censura da CDU e votaria favoravelmente, na perspetiva de que tal signifique a tal chicotada política, que impulse o concelho de Portalegre, a Presidente da Câmara e a autarquia para um novo rumo. -----

No uso da palavra João Cardoso disse que aquele era um mandato de um ano e meio, com a mesma oposição e com as mesmas posições de sempre. Gostaria que, em vez de ouvir sempre dizer mal do que estava a ser feito, mencionassem algumas ideias de entreaajuda. Havia ali um fim de esperança naquele documento. Apelou a que não desistissem de lutar por Portalegre, afirmando-se como uma oposição atenta, exigente e proativa, pois, no seu entender, era isso que todos desejavam. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que acompanhava a moção de censura apresentada, até porque ao longo das intervenções por si tidas tem manifestado grande preocupação pela forma como aquele executivo estava a conduzir os destinos da cidade e do concelho. Conforme tinha sido referido pelo membro Hugo Capote, ressaltou que efetivamente as promessas feitas pela CLIP, aquando da apresentação da candidatura à população, não tinham correspondido ao que tinha sido feito pelo executivo da Câmara Municipal de Portalegre. Já havia dito anteriormente não existir nenhuma preocupação no que respeitava ao desenvolvimento económico mas, no entanto, não foi por falta de ajuda ou de ideias apresentadas, porque ele próprio já o tinha feito, embora as mesmas não tivessem sido atendidas. Enumerou uma das muitas que já ali tinha sugerido e que foi a de ser criado um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, onde estivesse claramente vincada a preocupação em apoiar os empresários e os comerciantes da cidade de Portalegre. Disse, inclusive, não conhecer nenhum território que se desenvolvesse sem essa aposta e de uma vez por todas tinham de se mentalizar de que eram os empresários e os investidores que criavam riqueza e postos de trabalho, dinamizando toda uma região. Em Portalegre, pelo contrário, as apostas não tinham ido naquela direção. Um dos setores em que também deveriam ter apostado era o do turismo, uma vez que a zona tem bom clima, boa gastronomia e, enfim, todo um conjunto de mais-valias. No entanto, em 2014, aquilo que a autarquia se tinha comprometido, em relação ao turismo, resumia-se a 30%. Quanto ao IMI que era praticado na zona industrial, a proposta do executivo foi no sentido de discriminar os empresários, pois alguns tinham uma minoração de 30% e outros não, o que considerava um mau princípio e ele próprio já tinha ali sugerido que baixassem a percentagem de 30% e davam 10 ou 15% a todos. Em conclusão, reafirmou a sua disponibilidade para colaborar com o executivo municipal, em tudo aquilo que visasse o desenvolvimento económico e ajudasse a sua cidade e o seu concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pedindo a palavra, falou de seguida Fernando Areias que disse que subscrevia, quase na íntegra, a posição da bancada da CDU quanto à ausência de estratégia daquele executivo. Durante os dois anos, já tinha havido tempo para fazer muita coisa e a redução eventual da dívida não servia de desculpa para muita coisa, pelo que a moção de censura iria merecer a sua votação a favor.-----

Seguiu-se Hugo Capote que voltou a frisar que o executivo tinha que dizer a Assembleia porque é que passado tanto tempo ainda não tinha um orçamento. Perguntou depois qual era a explicação minimamente racional que a Presidente da Câmara poderia dar para justificar que naquela data ainda não tinha um orçamento, nem umas grandes opções do plano. Lembrou o facto de a própria CDU ter proposto distribuição de pelouros aos vereadores, de modo a trabalharem unidos e, contudo, a Presidente vetou a tal proposta. Perguntou também à Presidente da autarquia se tinha feito algum orçamento participativo conforme prometeu no programa de governo, e por fim, acrescentou que a posição da CDU não era criar uma crise política no concelho de Portalegre, pois sabiam que tal não iria acontecer, independentemente da votação que dali saísse e o que o que queriam era que a Presidente da Câmara e a bancada que a sustentava percebessem que estavam, cada vez mais, isolados. Portanto, a bem de Portalegre, solicitou à Presidente que pensasse e considerasse a preocupação ali demonstrada.

Terminadas as intervenções passou-se à votação da moção.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a moção de censura/CDU por maioria, com 15 votos a favor (4 CDU; 8 PS; Sara Cid; Fernando Areias; Jorge Isidro) e 12 contra (CLIP) em 27 presenças (o Membro Cristóvão Crespo ainda não tinha chegado).-----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“Perante a apresentação de uma moção de censura ao executivo municipal e à Presidente da Câmara, pela primeira vez na história da democracia municipal em Portalegre, perante aquilo que foi enunciado no texto da moção e nas intervenções subsequentes, perante efetiva censura do órgão Assembleia Municipal, a atividade autárquica do executivo, liderado pela Presidente Adelaide Teixeira, perante a censura ao seu trabalho e à sua política, aquilo que nós enquanto representantes dos portalegrenses e aquilo que os portalegrenses que estão hoje aqui a assistir a esta Assembleia municipal, o mínimo que todos esperávamos era o esgrimir simples da sua opinião no rebater da censura que lhe é feita. A Presidente, ao calar consente com o enunciar da moção e atira-se ao poço que lhe é cavado pela própria moção. Na verdade, a Presidente da Câmara está sem armas, sem força, sem folego e é a senhora, a própria Presidente de Câmara que se censura a si própria na sua atividade, enquanto Presidente de Câmara.”

Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)

“Depois de aprovada a moção de censura apresentada pela CDU e por uma maioria confortável, pedia-a que da mesma fosse dado conhecimento ao Ministro-Adjunto do Desenvolvimento Regional, ao Secretário de Estado da Administração Local, à Diretora Geral das Autarquias Locais e ao Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Como digo, nada do que nos moveu foi criar uma crise política em Portalegre, mas fazer repensar um rumo que, evidentemente, hoje foi censurado.” -----

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Eu quero dizer que votei favoravelmente esta moção porque não posso aceitar, nem nunca irei pactuar com o atrevimento em fazer um conjunto de propostas aos portalegrenses e depois quando se é poder e quando se está no ato de gestão fazer precisamente o contrário. Não aceito isso e esse foi um dos motivos que me levou a votar favoravelmente a moção.”

No uso da palavra, João Cardoso, em nome da CLIP, disse ir então apresentar os três votos do CLIP, os quais passou a ler:

VOTO DE PESAR

“José Fernando Simão Pinheiro, um orgulhoso portalegrense que sabia olhar para a nossa cidade como poucos, registando com a sua máquina fotográfica imagens de rara beleza e expressando sempre e em todas as circunstâncias um amor incontornável à sua terra.

Mais do que as simples imagens, as do José Fernando revelavam sempre uma profunda sensibilidade, conseguia captar a verdadeira essência dos lugares, as suas cores e o seu espírito.

Através das redes sociais, levava Portalegre a toda a região e toda a região aos quatro cantos do mundo.

Mas era também no dia-a-dia, sempre e em todas as ocasiões, que de forma sincera e desinteressada defendia Portalegre e de forma profissional e, verdadeiramente, vestindo a camisola que divulgava a sua COOPOR.

Deixou-nos inesperadamente, no passado dia 17 de abril, ficando Portalegre e todos os que o acompanhavam, das mais diversas formas, muito mais pobres. Apresentamos à sua família as mais sinceras condolências.”

A Presidente da Mesa colocou à discussão o voto apresentado. Não havendo intervenções, colocou-o à votação. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar o voto de pesar acima proposto, por unanimidade, em 24 presenças (não estavam presentes na sala por terem saído os membros da Assembleia Hugo Capote, Vera Caixeiro, Luís Testa e Sara Cid). ---

VOTO DE PESAR

“Faleceu no passado 21 de abril, de forma inesperada, o Dr. Hélio Castro Pereira, natural da região de Coimbra. Tinha residência, há várias décadas, em Portalegre, onde exercia a sua atividade profissional como advogado, sendo estimado por todos, de uma forma geral, pela forma de ser e pelo seu profissionalismo.

No âmbito político, exercendo a sua cidadania, foi candidato do Partido Popular ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, nas eleições autárquicas de 2009, mas também deputado à Assembleia da República, pelo círculo de Portalegre, eleito nas listas da aliança democrática, militante e dirigente nacional e local do CDS - Partido Popular.

À sua família e ao seu Partido apresentamos sinceros votos de condolências.”

A Presidente da Mesa colocou à discussão o voto apresentado. Não havendo intervenções, colocou-o à votação. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar o voto de pesar acima proposto, por unanimidade, em 25 presenças (não estavam na sala os membros da Assembleia Hugo Capote, Vera Caixeiro e Luís Testa).

VOTO DE CONGRATULAÇÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“O Ministério da Educação e Ciência entregou hoje o prémio “Escola 2013/2014” a onze escolas e agrupamentos escolares de todo o país.

O prémio de “Escola - mérito institucional” é atribuído anualmente, um por cada área geográfica, a escolas públicas e privadas que no ano letivo transato tenham promovido, de forma meritória, todas ou a maior parte das suas missões, com incidência para o sucesso dos alunos, a qualidade da aprendizagem, o desenvolvimento do ensino experimental das ciências, a criatividade aplicada nas ciências sociais, a difusão e interesse do fortalecimento do interesse pelas artes, o desenvolvimento de projetos relevantes, a existência de um plano interno de formação, a colaboração com a comunidade educativa, a participação ativa dos encarregados de educação, a integração e formação de novos professores e a difusão de boas práticas educativas.

É com muito orgulho que Portalegre vê premiada a Escola Secundária de S. Lourenço Portalegre, sendo este um merecido reconhecimento por todo o trabalho que têm desenvolvido.”-----

A Presidente da Mesa colocou à discussão o voto apresentado. -----

Sara Cid pediu a palavra e disse que o PSD tinha, exatamente, o mesmo voto de congratulação e, portanto, se unia à proposta apresentada pela CLIP. -----

Não havendo intervenções, colocou-se à votação.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar, por unanimidade, em 25 presenças, o voto de congratulação acima proposto (não estavam na sala os membros da Assembleia Hugo Capote, Vera Caixeiro e Luís Testa).-----

De seguida, Fernando Areias pediu a palavra pra dizer que tinha feito chegar um pedido de informação à Presidente daquela Assembleia Municipal, acerca do protocolo da Elite Sports Group com o Sport Clube Estrela e que, da resposta àquele pedido, tinha recebido uma informação da Presidente da Câmara Municipal, onde referia que a Câmara não podia fornecer cópia da documentação sobre o suposto protocolo, por não o ter assinado e por desconhecer a existência do mesmo. Acerca da informação em causa, lembrou que o que ele tinha publicado noutros fóruns tinha sido que “Em relação à lamentável e triste notícia vinda a lume nestas últimas horas, através de um artigo publicado no I-online, os portalegrenses aguardam, com a natural urgência, explicações cabais sobre os níveis de envolvimento, apoio e até apadrinhamento desta tentativa de investimento na nossa cidade, por parte das entidades/instituições envolvidas.” Portanto, lamentou que a Presidente do município tivesse os canais de informação distorcidos, pois o próprio não tinha acusado ninguém. Por último, disse que os tempos concedidos para intervirem antes da ordem do dia eram muito limitados e que os considerava um garrote à democracia e à discussão de assuntos importantes, por parte da Presidente da Assembleia. -----

A Presidente da Assembleia disse que todos tinham direito à sua opinião mas que a democracia obrigava a aceitar as regras do jogo, que no caso se encontravam estabelecidas no regimento e que estes eram para serem cumpridos, quer quando fossem favoráveis, quer quando não fossem às respetivas pretensões. Solicitou ainda aos membros da Assembleia que respeitassem os tempos de intervenção inicialmente estabelecidos. -----

Pedindo a palavra, Fernando Areias disse não ter desrespeitado ninguém. Pelo contrário, na última sessão, a Presidente da Assembleia é que o tinha desrespeitado pois não votou o requerimento que o próprio fez à mesa, tendo abandonado a sala em protesto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Entretanto, Rui Simplício pediu a palavra e no uso da mesma começou por dizer que o PS não esperava a moção de censura da CDU, mas que por a terem considerado oportuna a votaram favoravelmente. De seguida, chamou a atenção da Câmara Municipal para um monumento histórico, discreto, que está no Jardim do Tarro, mas com grande significado para muitos portalegrenses, por se tratar de um monumento feito por republicanos para assinalar o fim da 1.ª Guerra e que atualmente estava vandalizado. Continuou, perguntando se seria convocada uma sessão solene para assinalar as Comemorações do “Dia da Cidade”, no próximo 23 de maio, a qual em seu entender devia ser convocada pela Assembleia Municipal, pois em face da convocatória a sua presença e de outros estaria condicionada. Apresentou, de seguida, uma moção sobre o 1º de Maio, que passou a ler:

MOÇÃO 1º MAIO - PS

“Indo-se comemorar mais um aniversário da celebração do 1.º de Maio, a Assembleia Municipal de Portalegre associa-se a esta manifestação e á luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, quer no concelho de Portalegre, quer no distrito de Portalegre, quer em todo o mundo.”

E por último, quanto à intervenção do membro Jorge Isidro, que já não fazia parte do CLIP e enquanto o regimento não fosse alterado, entendia que era de facto triste, que numa Assembleia que se pretendia democrática se verificasse que o grupo do PSD tivesse 5 minutos e os membros independentes por vezes só dispunham de 10 segundos. Portanto, apresentou como proposta que aqueles que não faziam parte de nenhum grupo parlamentar tivessem, em cada tema, 5 minutos, que o PSD tivesse o dobro e que aos restantes grupos se aplicasse as regras estabelecidas. -----

A Presidente da Mesa colocou à discussão a moção apresentada sobre o 1.º de Maio. Não havendo intervenções, colocou-a à votação. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 24 presenças, aprovar a moção apresentada pelo PS (não estavam na sala os membros da Assembleia Hugo Capote, Ana Lopes, Branca Santana e João Janeiro).-----

Quanto à questão da convocatória da sessão solene para a comemoração do “Dia da Cidade” informou que iria enviar a resposta por escrito, porque teria de discutir primeiro a questão das comemorações com a Presidente da Câmara. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que gostaria de reformular a questão, perguntando à Presidente da Assembleia se, na sua convicção, Portalegre deveria celebrar a sua elevação a cidade também com uma sessão solene da Assembleia Municipal, como seria desejável ou se então todos ali seriam incluídos nas normais comemorações. -----

A Presidente da Assembleia disse que já tinha respondido e reiterou que responderia por escrito, após ponderar sobre o assunto em causa.

Quanto à proposta apresentada sobre os tempos de intervenção disse que o assunto já estava agendado para discussão, em sede de revisão de regimento. Todavia não tinha sido possível reunir a comissão para a revisão do regimento, apesar das várias tentativas e da alternância de datas para a sua verificação. Por essa razão e dada a falta de quórum, o regimento não tinha sido ainda revisto, como seria suposto, tendo já ponderado enviar uma proposta de regimento a todos os membros da assembleia e na sessão seguinte coloca-la a votação. -----

Rui Simplício pediu a palavra para reiterar que tinha feito uma proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Assembleia confirmou a aceitação da mesma e disse que depois da discussão iriam votá-la.

Jorge Isidro pediu a palavra para felicitar o membro Rui Simplício pela sua sensibilidade, no que respeitava à democracia. Disse que era óbvio que era impossível poderem partilhar as suas ideias, relativamente aos pontos ali em discussão, com tão pouco tempo que lhes era concedido pela mesa e que considerava aquilo como uma falta de respeito.

No uso da palavra, João Cardoso disse que não tinham nada contra o facto de haver um tempo mínimo para que todos os membros usassem da palavra, numa próxima revisão ao regimento.

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não perceber muito bem em que termos estavam a discutir aquilo. Se seria para integrar naqueles pressupostos ou numa lógica mais global daquelas questões. Disse ainda que para benefício da própria Assembleia era possível que a representação mais fraca, em termos proporcionais, tivesse mais tempo de debate.

Pedindo a palavra e no seu uso, Hugo Capote disse que tinha a convicção de que o tempo que estava ali a ser usado por alguns dos elementos daquela Assembleia fazia com que, manifestamente, não fosse possível apresentar uma ideia com cabeça, tronco e membros. Portanto, achava que seria preferível reverem-se os tempos.

Quanto à comemoração do 23 de Maio entendia que o cenário que mais enobrecia a cidade seria claramente uma sessão solene da Assembleia Municipal.

Entretanto Raúl Cordeiro, usando a palavra, disse, relativamente aos tempos e à proposta feita, que havia uma bancada que usava ali o seu tempo de forma incompetente, havendo uma bancada que nem usava o seu tempo para defender a maioria. E se havia pessoas que tinham ideias para apresentar, teriam de as estruturar, e para isso precisavam de tempo. O tempo deveria ser ali usado com critério.

No uso da palavra, Fernando Areias sugeriu que se marcasse um determinado tempo para cada ponto, mas em que toda a gente falasse sem ser controlada. Gostaria de ver ser apresentada uma proposta da parte da Presidente daquela Assembleia Municipal.

No uso da palavra, João Cardoso disse que seria redutor em relação aos restantes grupos que conceder 5 minutos para os independentes e 10 para o PSD. Ilustrou depois, com um exemplo pratico, esta alteração. Dizendo que num ponto em que se tivesse definido para sua discussão 20 minutos, o tempo ficaria logo esgotado com o tempo de intervenção dos independentes e do PSD, o que era absurdo.

Posto isto, a Presidente da Mesa disse que iria colocar a proposta a votação relembrando que o que ali estava em cima da mesa era uma proposta de alteração dos tempos de debate, de ora em diante: 5 minutos para cada um dos independentes e 10 minutos para o PSD.

Disse também que teria de haver ali alguma ordem, sob pena de saírem das sessões cada vez mais tarde.

A proposta foi votada de seguida.

Sara Cid pediu a palavra para dizer que o PSD não tinha sido convocado para a reunião de representantes, portanto, os tempos ultrapassavam-nos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa referiu que a mesma foi enviada e que tal só pode ser atribuível a alguma falha no envio do e-mail, que a confirmar-se se assume.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 12 votos contra (CLIP) e 16 a favor (8 PS; 4 CDU; 2 PSD, Fernando Areias e Jorge Isidro) em 28 presenças aprovar a proposta.

Declaração de voto - Jorge Isidro

“Eu quero agradecer ao membro do Partido Socialista o facto de ter colocado esta moção e a todos aqueles que votaram favoravelmente mostraram, claramente, que na Assembleia Municipal se devem discutir ideias com espírito democrático, em vez de controlar os tempos. E aqui ficou demonstrado quem é que está disponível para discutir ideias e quem é que está disponível para fazer com que os outros não coloquem as ideias em prática e depois venham com argumentos de que a Assembleia Municipal não contribui com ideias para ajudar a Câmara Municipal a desenvolver os projetos.”

ORDEM DO DIA:

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

Rui Simplício pediu a palavra e no seu uso perguntou à Presidente da Câmara, uma vez mais, para quando o protocolo com as tapeçarias e manufaturas de Portalegre. Questionou também a Presidente sobre quando a mesma tencionava apresentar o orçamento para 2015. Por fim, disse que gostaria de ver plasmado na informação, os valores das injunções, em que a Câmara era ré. -----

No uso da palavra, Fernando Areias referiu que no relatório não estava indicada uma estratégia, nem uma linha de orientação e continuava a referir questões banais e quotidianas que, apesar de úteis, eram irrelevantes, face às necessidades da cidade. Salientou que entre dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo a autarquia devia 37.713.005,95€, sendo de 39.030.423,14€ a dívida consolidada, o que se traduzia numa redução diminuta, face aos sacrifícios que foram impostos aos cidadãos. Mais referiu que havia um número elevado de casos em litigância, que poderiam traduzir-se em despesas acrescidas para a Câmara.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse à Presidente da Câmara que compreendia não ser fácil gerir a autarquia, conforme a tinha encontrado inicialmente. No entanto, discordava da estratégia encontrada pelo executivo para resolver os problemas, pois não tinha contribuído para serem resolvidos, efetivamente. Disse ainda que mais uma vez se via obrigado a mencionar o desenvolvimento económico, porque nas informações do atual executivo ainda não tinha conseguido ver esplanada uma ideia válida e que continuava a estar pronto a colaborar naquele sentido, pois sem trabalharem em parceria com os empresários, os comerciantes, as coletividades, as juntas, etc. não iriam longe. Solicitou ainda à Presidente da Câmara que informasse aquela Assembleia se atualmente tinha algum projeto que visasse o desenvolvimento económico na cidade, referindo que lhe custava a aceitar o facto de existirem pais em Portalegre que tinham os seus filhos a estudar fora e que estes dificilmente viriam trabalhar para cá, pois não existia mercado de trabalho. Disse que era necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

inverter tal tendência e demonstrar que estavam cá, presentes e a trabalhar naquele sentido. No entanto, já se vivia há três ou quatro anos com imensas dificuldades no concelho e a autarquia em vez de combater tais dificuldades ainda criava mais algumas. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que o relatório, inicialmente, focava as questões da saúde e da educação, além das reuniões de Câmara descentralizadas e de alguns protocolos. Na área da saúde perguntou se o Município pensava vir a ter alguma intervenção direta nas questões da municipalização da saúde, ao abrigo da nova legislação. Perguntou literalmente: Sim ou não e colocava aquela mesma questão, para a área da educação. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara a que se devia a visita à Feira Agramed, no Dubai e qual o interesse para o Município na mesma. Também perguntou o que é que tinha saído da reunião com a Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, perante os problemas já ali colocados. Quanto ao protocolo com as juntas de freguesia, pretendeu saber se o mesmo ainda seria efetivado em 2015 e, em caso afirmativo, quando. A última questão a colocar era sobre o processo movido pelo BPI, contra a Câmara e sobre ele, gostaria de ver esclarecido se eram os trabalhos a mais do CAEP, pagos e não deliberados -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo, disse que achava muito estranho não constar nada no relatório municipal quanto ao orçamento e que a Assembleia Municipal deveria saber o que é que se passava. Relativamente ao desenvolvimento económico, referiu que a Câmara deveria ter uma atitude proativa, no sentido de captar e dar a conhecer aos empresários o contexto e as oportunidades, independentemente de haver ou não mais quadros comunitários. Por último disse que os pontos do relatório eram vazios de conteúdo. -----

No uso da palavra, Conceição Grilo questionou a Presidente da Câmara em relação a um conjunto de reuniões e participações, as quais não tinham qualquer tipo de desenvolvimento. Quanto à que tinha decorrido na CCCR (Portugal 2020), gostaria de saber quais é que tinham sido as ideias defendidas pela Presidente e quais os projetos definidos na mesma. Por último, perguntou se tinha sido a Presidente que tinha ido representar o município na questão do ICTVR e a que propósito tinha sido chamada a tribunal. -----

No uso da palavra, Fernando Areias perguntou à Presidente se iria, ou não, recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Dada a palavra à Presidente da Câmara, para resposta às questões colocadas, a mesma começou por informar que em relação às tapeçarias de Portalegre estava a ser elaborado um protocolo para ser analisado e assinado pela Câmara Municipal. Disse que foram efetuados contactos, a nível da diáspora portuguesa, e estiveram cá duas pessoas para ajudar a perceber o que era a tapeçaria de Portalegre, canalizando-as para o mundo-----
Relativamente ao orçamento para 2015, disse que após a reprovação daquela Assembleia, no final de 2014, estava a ser equacionada a possibilidade do Município recorrer ao FAM. Todos sabiam que a Câmara Municipal de Portalegre tinha recebido aquele mandato com uma pesada herança e que tinha sido feito um grande esforço para equilibrar e sanar as contas. Porém, a verdade era que a receita que entra na Câmara tem vindo a diminuir drasticamente e que dos 308 municípios, mais de um terço tinham visto as suas receitas baixar significativamente. Perante a falta das mesmas e a exposição da dívida, referiu que o recurso ao FAM era uma grande hipótese. Apesar de ter dito ali anteriormente que recorrer ao FAM não seria a melhor solução, adiantou que o mesmo tinha várias situações. A assistência financeira era o pior dos cenários e aquele que se queria evitar. Mais disse que tendo em conta a redução da dívida feita até à data se tinha conseguido fugir à assistência financeira, que obrigava a cumprir vários itens. Ressalvou que a reestruturação da dívida não era pedir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mais dinheiro emprestado, mas sim obter um prazo maior para pagar a dívida. Disse também que em 2008 a Câmara fez um saneamento financeiro, assente em determinados pressupostos, mas em 2009 as condições alteraram-se completamente. Também o contexto sócio-económico do país era completamente diferente e até as próprias transferências do Estado haviam diminuído em mais de um milhão de euros para Portalegre. Perante tais factos, a questão do orçamento prendia-se com aquela possibilidade de pedir ao FAM. Portanto, estarem ali a apresentar um orçamento igual, para ser chumbado novamente não a satisfazia e era melhor equacionar o FAM, numa lógica diferente, ou melhor, de reestruturação da dívida e não de assistência financeira, pois seria menos penalizador para todos. Evidentemente, haveria algumas penalizações mas não ficariam “reféns” de todos os itens o que teria acontecido se fossem para a assistência financeira. Evidentemente que o FAM tinha de ser discutido com o executivo camarário e ali na Assembleia Municipal, pois pretendia-se que houvesse a participação de todos. Afirmou que era sua intenção recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, uma vez que a folga que se poderia ter, lhes concedia alguma flexibilidade para investir. Era necessário compreender que o orçamento da Câmara, de cerca de 18 milhões e meio, tinha por trás 37 milhões de dívida. Era impossível reestruturar através da banca, visto que o limite de endividamento da autarquia estava em excesso e, legalmente, nem lhes era permitido. Aliás, o Tribunal de Contas não lhes permitia ir à banca para reestruturar a dívida. Disse ainda que já tinha estado na “Direção” do próprio FAM, a cruzar elementos. Mais referiu nunca ter omitido que os constrangimentos eram grandes. A dívida, apesar de grande, tinha de ser reestruturada para que se pudesse voltar a investir. Mais disse que tem havido um esforço da parte do município no sentido de captar investimento e a prova disso era o investimento que veio recentemente para Portalegre, por parte da empresa Jerónimo Martins, no valor de 40 milhões de euros. Efetivamente isentaram a derrama, pois estão atentos àquilo que se passa. Informou que existia um gabinete na Câmara que fazia, constantemente, diligências junto de várias multinacionais e olhando para os seus relatórios de contas, percebiam onde é que os mesmos tinham de investir. No entanto, não era fácil captar investimento para uma zona que, infelizmente, em termos de infra estruturas eram a única capital de distrito que não tinha uma auto estrada, ou até uma IP2 em melhores condições. A realidade era que um dos grandes problemas do concelho e do distrito era demográfico, porque não tinham pessoas e as pessoas só se captam com investimento e emprego e não porque a Câmara tenha mais ou menos dinheiro. Acrescentou que a Câmara não tem que arranjar empregos, mas tem que ser facilitadora, para que os privados investissem em Portalegre.

Relativamente às atividades e à questão colocada por Jorge Isidro, disse que todas as sugestões seriam bem vindas e que até já tinha sido feito um questionário a todos os empresários da região. No entanto, enquanto empresário, Jorge Isidro tinha sido o único que não respondeu ao mesmo.

Quanto às questões da saúde, frisou que a Vereadora do pelouro tem acompanhado de perto o que se passava, com a questão da municipalização da mesma, a qual era uma questão a discutir, para se perceberem as propostas em causa.

Quanto à sua visita ao Dubai, disse que tinha sido convidada pela ADER-AL, assim como foram outros Presidentes do distrito e referiu que a Câmara Municipal não lhe tinha pago nada, para o efeito. Realçou ainda que, nem enquanto Vereadora, nem enquanto Presidente, tinha metido qualquer ajuda de custo, ou boletim itinerário. Mais disse que na visita ao Dubai, o principal objetivo foi principalmente pressionar algumas das empresas contactadas previamente pela Aderall, no sentido de as contactar pessoalmente e apresentar o portfólio, no intuito de dar a conhecer o que existe em Portalegre.

Em relação ao protocolo com as juntas de freguesia, referiu que o Vereador daquela área já tinha falado com todos os Presidentes das Juntas e, atualmente, o protocolo estava em condições de ser fechado.

Sobre a pergunta sobre a ida a tribunal, disse que se prendia com a questão do BPI e com algo que já vinha de 2003, altura em que a mesma já tinha sido chamada a tribunal para prestar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

alguns esclarecimentos. No entanto, como desta vez não pôde estar presente, tinha sido o advogado da Câmara a representá-la.

Sobre o quadro 2020, salientou o facto de ter estado efetivamente em Évora a efetuar um mapeamento, junto da CCDR, com os responsáveis de diversas áreas do Alentejo (CIM's), Direção-Geral da Cultura, ARS/ULSNA, de todas as necessidades e preocupações para o concelho de Portalegre.

Disse ainda que, já estava finalizado o estudo da sinalética urbana e ia começar a ser executada a sua colocação.

Sobre a entrega das habitações disse que ocorria sempre que houvesse casas disponíveis, mas também se verificavam várias permutas entre os interessados.

Por último, em relação ao ICTVR, disse que tinha sido chamada a tribunal, na qualidade de sócia, assim como o IPP e a fiel depositária do equipamento do ICTVR, Ana Manteiga, a qual pediu para deixar de o ser. O tribunal reuniu com os dois sócios e decidiu que a fiel depositária passaria a ser a Presidente da Câmara. Mais tarde, fez-se um levantamento do equipamento e o IPP iria verificar se o mesmo estaria em condições de poder ser utilizado pelos alunos, para realização de projetos. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que tinha sido com pesar que ouviu aquele rol de atitudes auto justificativas do comportamento da Presidente da Câmara.

Quanto à questão do orçamento/FAM referiu que havia uma coisa que a Presidente da autarquia não podia fazer, que era justificar a sua inação e incompetência política com a pesada herança, porque a mesma tinha sido recebida de si própria. Aquilo que ali tinham ouvido foi, pela primeira vez, uma Presidente de Câmara congratular-se com o facto de a Assembleia Municipal do seu concelho lhe ter reprovado o orçamento, por o mesmo não a satisfazer. Portanto, era de pasmar que ali tivesse apresentado documentos nos quais nem acreditava.

Relativamente à ida ao FAM, disse que as justificações dadas pela Presidente, em sede de Assembleia Municipal, para não recorrer àquele apoio, tinham sido todas menos as que ali mencionou anteriormente.

De forma reiterada, a autarca disse-lhes que o município não cumpria os critérios para aderir ao FAM, em qualquer uma das suas vertentes. Disse também que as contas não estavam certas e que o PS já desconfiava que assim fosse porque se, atualmente, o município tinha condições para ir ao FAM e se não tinha havido qualquer alteração da lei que o suportava, era porque as contas do município que impediam a ida ao fundo de apoio, naquela altura, não estavam corretas e, provavelmente, a Presidente andava agora à procura de contas que suportassem a adesão FAM.

Mais disse que era bom ficarem cientes que a adesão ao FAM dependia de negociação por parte dos municípios e do cumprimento de critérios estabelecidos na lei e ainda das penalizações vertidas na própria lei.

Portanto, chamou a atenção que as penalizações atrás referidas eram exatamente as mesmas que se colocavam há seis meses ou desde a entrada em vigor da lei. Perante tal, era com pesar que o PS ouvia ali a transformação de uma realidade, a qual não era a realidade do concelho de Portalegre, mas aquela que cabia somente dentro das quatro paredes do executivo municipal, composto por quatro vereadores a tempo inteiro. -----

Neste momento, a Presidente da Câmara abandonou a sala. -----

No uso da palavra, Fernando Areias quis lembrar que já ali tinha referido, aquando da declaração de voto sobre o orçamento, que a única opção para se conseguir pagar a dívida da Câmara seria recorrer ao FAM. Por outro lado, disse que gostaria de saber qual era a empresa que já estava a exportar para o Dubai. Embora a Presidente não estivesse presente, quis saber se a questão da Visiontech já tinha sido abordada, pois, supostamente, existiam impedimentos na transposição do mercado americano para o europeu. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra Jorge Isidro, perante as explicações prestadas pela Presidente da Câmara, disse que tinham ficado a perceber que a estratégia de desenvolvimento económico que a mesma tinha para o concelho passava somente pelo preenchimento de um formulário, por parte dos empresários. Infelizmente, os empresários de Portalegre estavam a sentir no terreno, todos os dias, os efeitos daquela estratégia. Por isso não podia deixar de aconselhar a Presidente a preocupar-se, em primeiro lugar, com os empresários e os comerciantes da cidade, por forma a mantê-los, antes que abalem também. Obviamente que o que se pretendia não era mais obra, mas sim que a Câmara criasse condições para que outros a façam. -----

No uso da palavra, Hugo Capote quis ressaltar o facto de ter sido a primeira vez que ali ouviam, oficialmente, da intenção da Câmara recorrer ao FAM e era importante que se percebesse quais as implicações que tal ato iria ter para os Portalegrenses. Já em outras alturas tinham ouvido falar em programas de apoio à economia local, o tal PAEL, programa que iria injetar um milhão e meio de euros, que serviria para pagar dívida a fornecedores. Achava incrível que a Presidente estivesse a negociar com o FAM, sem antes saber a opinião do executivo. E perguntou à Presidente da Câmara, com tanta restrição financeira e dificuldades, com um orçamento que era só dívida, como é que tinha conseguido arranjar verba para meter mais um assessor político.-----

Naquele momento a Presidente da Câmara regressou à sala das sessões. -----

A Presidente da Assembleia informou então a Presidente da Câmara das questões colocadas na sua ausência pelos membros da Assembleia e pediu que fossem, então, respondidas. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que a empresa que estava a exportar para o Dubai era a do Sr. Daniel Roldão, que produzia xaropes e rebuçados de ovos e que havia uma outra empresa com boas perspectivas de exportação para lá.

Quanto às dificuldades na concretização do investimento da empresa Visiontech, que era brasileira e que fabricava lentes intraoculares, resultavam da política do país de origem, visto que não deixavam sair as empresas de lá. A empresa não conseguiu contornar tais problemas e, portanto, não foi possível desbloquear a situação.

Relativamente ao FAM, referiu que se a Câmara não estava obrigada a recorrer ao mesmo, e que o faria facultativamente. O que acontecia era que, tendo em conta os valores de 2014, não poderiam recorrer àquele fundo de apoio. Mais disse que a direção do FAM se reportava aos valores de 2013, e que nos termos do relatório da DGAL, que iria entregar à Presidente da Assembleia Municipal para fazer chegar a todos os membros, o limite de endividamento da Câmara Municipal de Portalegre tinha descido para 2,53%, tendo estado acima dos 3%. Relativamente ao PAEL, lembrou que, numa fase inicial, seria de 1 milhão e quinhentos mil renegociáveis até 7 milhões e quinhentos mil. Portanto, lamentava que não tivesse ocorrido como esperava, foi uma decisão do executivo da altura e também da Assembleia Municipal. Disse também que, possivelmente, não estariam a recorrer ao FAM se tivessem ido pelo PAEL. Disse ainda que de todos os itens que se encontravam no FAM havia um que não conseguiam negociar e que era o aumento do IMI, uma vez que era o que proporcionava a receita para contrabalançar a reestruturação da dívida. Portalegre, desde há uns anos tem conseguido manter o IMI na mesma, embora não estando no mínimo, mas também não estava no máximo (0.5%). No entanto, apesar do IMI poder aumentar, podiam manter-se todos os incentivos que a Câmara dava para a zona histórica, de 30% de redução do IMI e também para a zona industrial, bem como o licenciamento para obras de recuperação e para quem se instalasse de novo. Portanto, se tivessem ido à assistência financeira teriam de colocar todos aqueles itens no máximo, mas recorrendo ao FAM podiam renegociar alguns dos itens, excepto o do IMI. Informou que existiam muitas Câmaras Municipais que já tinham o IMI no valor máximo e, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

facto, era necessário começar a perceber que as taxas cobradas pelas autarquias representavam somente 15% dos impostos que os portugueses pagavam e que 85% eram impostos que o governo arrecadava. Era pois preciso começar a olhar para o outro lado e reivindicar, pois não eram as Câmaras que eram as más da fita.-----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que havia três medidas previstas no FAM a destacar: o reequilíbrio orçamental, a reestruturação financeira e a assistência financeira. Aquelas medidas não eram independentes umas das outras e a primeira tinha implicações diretas pois obrigava a que os municípios se comprometessem com uma série de coisas e algumas que nem eram negociáveis. Portanto, havia que ter em conta aumentos das definições de taxas máximas de derramas sobre os lucros tributáveis, determinação da participação variável no irs, definição da taxa máxima nos impostos municipais, limitação ao investimento, avaliações da sustentabilidade, entre outras. Informou que caso as medidas previstas no reequilíbrio orçamental não resultassem teriam de ir à reestruturação financeira e a assistência financeira era subsidiária daquelas todas. O que estava ali em causa era a questão política porque estava transcrito na ata de novembro de 2014, dito pela Presidente da Câmara, o seguinte: “Salientou que um dos objetivos do município era tentar evitar o recurso ao Fundo do Apoio Municipal (FAM), porque apesar de este ser um mecanismo para tentar gerir a dívida do município, a verdade era que tinham conseguido evitar a sua ida ao mesmo, de forma consciente e deliberada. Neste sentido, referiu-se que tal medida iria penalizar o município e, sobretudo, os munícipes, porque a ida ao FAM diminuiria a autonomia da autarquia e ao mesmo tempo obrigaria à taxação de impostos e taxas municipais aos valores máximos.”. Portanto a questão ali não era só técnica era também política. Perguntou à Presidente o que é que a tinha levado a mudar de ideias desde novembro até à data atual, tendo pelo meio submetido à Assembleia Municipal um orçamento que pelos vistos era um instrumento virtual e no qual nem confiava. Em conclusão, as coisas não condiziam umas com as outras e, afinal, tinham feito bem em ter chumbado o orçamento, porque se o tivessem aprovado tinham cometido um erro enorme. Estava pois provado que quem cometeu o erro foi quem aprovou aquele orçamento. -----

No uso da palavra, Rui Simplício, quanto à empresa das exportações para o Dubai, lembrou ali que a mesma não estava qualificada como produto regional de excelência e, na sua opinião, era uma injustiça para a mesma, pois a QUALIFICA é que certificava e aquela empresa não estava no perímetro da feira onde estavam os produtos de origem nobres. Apelou à Presidente para regularizar aquela situação, visto que a empresa merecia. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que as reações ali verificadas, em relação ao PAEL, ao FAM e à água eram por impulso e, do seu ponto de vista, a política não deveria ser a assunção de soluções por impulso. A primeira reação àquelas questões tinha sido de rejeição e a só depois é que a Presidente da Câmara foi ajustando a sua posição e fazendo as propostas aos restantes grupos, com os argumentos que, à partida, tinha rejeitado. Muitas das vezes, em política, era preferível demorar mais um dia, não reagir à situação e, em função de tal, tomar-se uma decisão mais consistente. Mais disse que na situação em que o município estava, qualquer solução trazia constrangimentos e era quase impossível sair da mesma, como que por milagre. Portanto, havia uma fatura a pagar e se aquele executivo queria gerir a Câmara, tinha de resolver o problema, sem o rodear. -----

2 - Atas n.ºs. 11, 12 e 13 relativas às reuniões realizadas em 28 de novembro, 18 de dezembro e 27 de fevereiro, respetivamente;

Presentes as atas n.ºs. 11, 12 e 13 relativas às reuniões realizadas em 28 de novembro, 18 de dezembro e 27 de fevereiro, respetivamente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que na ata 11, página 16, não tinha mencionado o Parque de Campismo, mas sim a Quinta da Saúde. Mais disse que, na página 24, disse ter contestado a afirmação dos 25 anos, pois tinha sido dita pela Presidente da Câmara. Por último, referiu que na ata 12, página 2, considerou que a forma de apresentar a eleição da mesa daquela mesma Assembleia não estava muito correta, porque após a constituição da mesa ad hoc, não se dizia o que tinha acontecido.-----

No uso da palavra, Rui Simplicio disse que na ata 11, pagina 16, quanto à Quinta de Saúde e ao Parque de Campismo, o que tinha dito foi que o plano de ordenamento era conjunto. Na ata 13, referiu que o que pretendeu realçar foi a desigualdade de tratamento no pagamento das senhas de presença da Assembleia, entre os eleitos locais.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que, na ata 13, página 10, solicitava que fosse retirada a parte onde dizia:” como não lhe foi concedida a palavra, o mesmo abandonou a sala.”-----

A Presidente da mesa disse ter enviado um e-mail ao membro Jorge Isidro com o texto que iria constar na ata, depois de se ter ouvido novamente a gravação. O pedido iria ser aceite e retificada a ata, constando apenas que o mesmo abandonou a sala. -----

A Presidente da mesa salientou o facto de o trabalho do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal ser ingrato, porque, por vezes, conseguir traduzir, o que foi efetivamente verbalizado não era tarefa fácil.-----

Apos estas intervenções e com o compromisso de serem alteradas as situações suscitadas passou-se então à votação.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar a Ata n.º11, de 28 de novembro, por maioria, com 22 votos a favor (6 PS, 3 CDU, 2 PSD, 9 CLIP, Fernando Areias e Jorge Isidro) com 4 abstenções (Miguel Serafim, Branca Santana, Celso Silva e Raúl Cordeiro) em 26 presenças (não estavam na sala Francisco Carriço e Luís Testa).-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar a Ata n.º 12, de 18 de dezembro, por maioria, com 24 votos a favor (6 PS; 3 CDU; 1 PSD; 12 CLIP, Fernando Areias e Jorge Isidro), 3 abstenções (Vera Caixeiro, Celso Silva e Sara Cid) em 27 presenças, (não estava na sala Luís Testa). -----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar a Ata n.º 13, de 27 de fevereiro, por maioria, com 22 votos a favor (12 CLIP; 5 PS; 3 CDU; 1 PSD e Fernando Areias) 5 abstenções (Vera Caixeiro, Sílvia Relvas; Celso Silva; Sara Cidrais e Jorge Isidro) em 27 presenças (não estava na sala Luís Testa). -----

3 - Relatório anual de atividades da CPCJ - 2014 e Plano de ação da CPCJ para 2015; - Para conhecimento -

Presente o Relatório anual de atividades da CPCJ - 2014 e o Plano de ação da CPCJ para 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se tinha havido um aumento dos casos referenciados e sinalizados de 2013 para 2014.-----

A Presidente da Assembleia informou que os casos sinalizados tinham vindo a aumentar exponencialmente e existiam cerca de 30 processos que tinham transitado, assim como havia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

67 novos processos. Mais disse que no presente ano já tinham entrado mais processos novos do que em todo o ano passado, o que significava mais situações de perigo iminente e mais necessidade de acompanhamento a crianças e jovens.

No uso da palavra, Hugo Capote disse que, apesar de o relatório ser apenas para conhecimento, a Assembleia Municipal deveria expressar ali a sua preocupação e tentar que houvesse um reforço dos meios e das capacidades de resposta.

A Presidente disse que não havia falta de meios, pois a CPCJ reunia em comissão restrita e alargada, cada uma com as suas funções. O que existia era a dificuldade de as pessoas organizarem as suas agendas e tarefas para estarem presentes, porque normalmente era pedido às pessoas da comissão alargada que estivessem disponíveis para a comissão restrita. Acrescentou que, na última reunião, tinha havido manifestação de mais pessoas disponíveis para colaborar.

4 - Regulamento municipal de urbanização, edificação e de taxas e compensações urbanísticas para o concelho de Portalegre - alteração;

- Deliberação de 23.03.2015 -

Presente informação nº. 44, de 10 de março de 2015, da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, alteração ao RMUETCU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do concelho de Portalegre, com informação da DOPGU de 10 de março de 2015, a propor a aprovação, na sequência do período de discussão pública, da alteração ao RMUETCU e o envio da mesma para a Assembleia Municipal. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao RMUETCU.

A Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto. Não havendo intervenções, colocou-o à votação.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar a alteração ao regulamento, por maioria, com 19 votos a favor (12 CLIP, 4 CDU; 2 PSD; Fernando Areias), 9 abstenções (8 do PS e 1 de Jorge Isidro) em 28 presenças.

A Presidente da Assembleia informou os membros que, em comissão de representantes, tinha sido consensualizado alterar a ordem dos trabalhos e que o ponto 5 seria discutido entre os pontos 9 e 10.

6 - Prestação de Contas da Câmara Municipal de Portalegre - 2014;

- Deliberação de 24.04.2015 -

Presente a prestação de contas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana e com o voto de qualidade da Senhora Presidente, aprovar a prestação de contas da Câmara Municipal de Portalegre de 2014.

No uso da palavra, Fernando Areias perguntou o que é que tinha originado um aumento de 434.136,83€ de juros suportados, o que parecia desmentir o esforço do executivo, quanto à negociação com os bancos. Na sequência da aprovação pelo Tribunal de Contas do plano de saneamento financeiro em 2008 e dos compromissos assumidos pelo município de Portalegre disse que afinal de contas o funcionamento dos serviços municipais e da cidade estavam em causa. Por último, referiu que aquela prestação de contas não incluía os jovens e casais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinham abandonado a cidade, os buracos das ruas, a cal que desapareceu, a desatenção pelas sugestões dos cidadãos (projeto das ruas floridas), assim como o desânimo e o mal-estar dos portalegrenses.-----

No uso da palavra, quanto ao documento em discussão, Miguel Serafim identificou alguns aspetos positivos, destacando as taxas de execução de despesa e de receita, que tinham sido as mais elevadas dos últimos 4 anos, ambas com cerca de 84%. Um outro aspeto positivo tinha a ver com o cumprimento de exigência no equilíbrio orçamental. O saldo corrente foi positivo (3.950.000,00€), tendo gerado um aumento da poupança corrente bruta. Acrescentou que o rácio receita corrente/despesa corrente do Município foi o mais elevado dos últimos 8 anos (136%), o que significava que as receitas correntes tinham superado em 36% as despesas correntes. Quanto à análise da dívida do município, referiu que a mesma tinha reduzido cerca de 2.892.000,00€ face a 2013. A dívida bancária, em 2011 era de 35.800.000,00€, mas em 2014 era de 28.800.000,00€ o que representava cerca de 19,4% a menos. As dívidas para com fornecedores, conta corrente de curto prazo, reduziram-se em 34,12% e para os fornecedores de imobilizado de curto prazo 23,25% e ainda de longo prazo 63,52%. Quanto à questão do limite de endividamento disse que havia um aspeto negativo e outro positivo, pois a lei das finanças locais definia como limite 2,26%, o qual foi excedido pelo Município, não obstante a redução da mesma que se tinha vindo a registar. Contudo, ao mesmo tempo que a lei das finanças locais estabelecia aquele limite, obrigava a que, existindo excesso de endividamento se verificasse uma redução daquele mesmo excesso em pelo menos 10% em cada exercício, o que foi cumprido. Em conclusão, disse que o esforço e o sacrifício que estava a ser solicitado aos munícipes não foi feito em vão e a expectativa era que os resultados fossem sentidos pelas pessoas, a médio prazo. Quanto à certificação legal de contas salientou que as mesmas tinham credibilidade. Quanto a aspetos menos positivos, destacou a diminuição da receita total em 10.53%, face a 2013, o que condicionou bastante a atividade do município, com os constrangimentos que tal provocava. Outro aspeto negativo tinha a ver com as transferências e os subsídios, quer correntes, quer de capital, atribuídos a instituições particulares com interesse municipal, as quais reduziram significativamente (64,43%) e que foram das mais prejudicadas. Parecia-lhe fundamental que para a dinamização da atividade municipal e melhoria dos serviços prestados aos munícipes que se verificasse um aumento efetivo da receita, o que teria passar claramente por um aumento do rendimento e da produção cá gerada e com a fixação de mais pessoas, em função do aumento da atividade empresarial, assim como na procura de oportunidades para a apresentação de candidaturas, aproveitando o novo quadro comunitário (Europa2020).-----

No uso da palavra Luís Testa disse que estava tentado em concordar, em absoluto, com o que foi explanado na intervenção anterior, mas tal explanação servia de justificação ao seu voto, o qual seria negativo, relativamente aquelas contas. Em primeiro lugar, porque foram somente apresentadas as evidências e o quadro que todos já conheciam, mas sem colocar o dedo na ferida. Se o orçamento fosse de 100.000€ a execução seria de 100% e portanto teriam umas contas de sucesso porque, de facto, corresponderia àquilo que a Câmara se tinha proposto realizar. No entanto, uma autarquia não funciona assim. Ao ser-se ambicioso e, ao mesmo tempo, comedido no orçamento, teriam de transportar para as contas do município uma vontade de poder responder aos anseios da população. A seu ver, aquilo que aconteceu foi precisamente o contrário, pois o orçamento não responde nem aos anseios da população, nem às necessidades do concelho. Contudo, o que foi dito pelo Miguel Serafim, era que as contas até poderiam estar melhores, mas o facto era que os portalegrenses estavam piores. Obviamente que uma Câmara Municipal não se poderia conformar com o desvelo a que todos os dias se assistia, relativamente aos concidadãos, sendo penoso ver as empresas a fechar, as pessoas a perder o emprego a abalarem e, ao mesmo tempo, querer-se desvendar como solução a procura de novos investimentos, de mais crescimento e de fixação de postos de trabalho. O problema era que aquelas duas leituras eram incompatíveis e não era possível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

atrair mais nada nem ninguém se não houver investimento público. Todos sabiam que o momento era difícil e constrangedor, mas não seria papel principal de uma autarquia local ser promotora do desenvolvimento do seu próprio concelho? Consoante o que estava refletido naquelas contas até parecia que a autarquia tinha abandonado aquele papel para se submeter ao eterno objetivo do cumprimento da dívida. Só se conseguiram atingir os patamares do verdadeiro equilíbrio financeiro, nas contas do Município se conseguirem mais tributação e a mesma só será possível alargando a base da sua angariação, com mais empresas que paguem mais impostos e deixem mais riqueza. A Presidente não percebeu ainda que quanto mais tenta pagar dívida, mais distante a está de a pagar. Acrescentou ainda que as contas tinham de refletir, exatamente, tudo o que se encontrava no verdadeiro perímetro orçamental do Município. Desconhecia se o impacto das contas do MMPO seria positivo ou negativo, assim como também ainda não percebia como é que estavam integradas as contas da Fundação Robinson, porque havia disparidades entre as contas da mesma e as do Município, conflito aquele que era eterno e que, pior ainda, se eternizava. Parecia-lhe que aquelas contas, para além de não serem credíveis, eram pouco ambiciosas e distanciavam-se, não dos propósitos do orçamento, mas da realidade dos portalegrenses, o que teria sempre a oposição do PS. Por último, referiu que não seria possível ter-se uma falta de estratégia tão evidente que conflituasse com a necessidade atrás enunciada de se aproveitarem fundos comunitários para terem uma proposta de investimento público, que promovesse o concelho de Portalegre. Mas, na verdade, tal não seria possível porque não havia capacidade, nem liquidez para assumirem contrapartidas nacionais. O dinheiro não está onde deveria, mas sim ao serviço de interesses, que não serviam os portalegrenses.-----

No uso da palavra, Hugo Capote, quanto ao problema do investimento e dos fundos comunitários quis acrescentar que o FAM iria deixar de excecionar o investimento dos fundos comunitários e limitar o investimento per si. Portanto, não iriam ter a possibilidade de recorrer sequer a fundos comunitários. A estratégia do FAM será, basicamente, pedir mais aos mesmos. Num futuro próximo, não teriam, seguramente, mais habitantes e mais tributação. Os resultados do exercício de contas da Câmara demonstravam que as receitas vão diminuir e o que ficava provado era que, nos anos de austeridade tanto a nível nacional como no concelho, a economia estava a morrer e que as pessoas deixaram de investir e de comprar, acabando por ir embora. Portalegre já estava depauperada e iria ficar ainda mais depauperada. A seu ver, não faria nenhum sentido que depois da moção de censura que ali foi apresentada se aprovasse aquele Relatório de Contas, onde ainda faltava a internalização das contas do Mercado Municipal, assim como os acertos de contas da Fundação Robinson. Já todos ali tinham percebido que com os SMAT o prejuízo já estava declarado, pelo segundo ano consecutivo. A cidade de Portalegre estava a ser asfixiada e de nada servia ter 100% de execução orçamental quando na ação social, que era uma das promessas que a Presidente da Câmara tinha feito, foi executada menos de metade do que o previsto; na proteção do ambiente e na conservação nem tinham executado 87%; no desporto, recreio e lazer não se executou 57% do que estava inscrito; no ensino não se executou 35%. Salientou que a Câmara ficou a dever 442.000€ de refeições aos alunos, de dinheiro que já tinha recebido. Também noutra das prioridades, a habitação, não executou 100%; no turismo, área fundamental na região, do pouco que a Presidente tinha para executar, não executou 67%. Portanto, do que é que serve estarem a aumentar as taxas e a não fazer serviços camarários para pagar dívida que, pelos vistos, não se vai resolver rapidamente, a não ser que viesse uma grande injeção de capital que, como sempre, irá pedir mais aos mesmos. Por último, disse à Presidente da Câmara para não querer ficar conhecida na história de Portalegre como a que trouxe a “troika dos pequeninos” para cá.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que o caminho apontado pelo membro Miguel Serafim foi aquele que já tinha vindo a defender, num conjunto de Assembleias Municipais. Esperava que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

depois das indicações dadas, o executivo pudesse pensar no problema e acolher aqueles contributos.-----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que a sua leitura anterior não era estritamente contabilística. Incidia sobre dados concretos e embora pudessem não ser interessantes para o membro Luís Testa, o mesmo não se devia refugiar na perspetiva de que a discussão, naquela Assembleia, tinha de ser de carácter meramente político e não técnico. Perguntou ao mesmo se a política tinha de ser feita a partir de elementos vagos e não com base em dados específicos. Mais perguntou se o membro Luís Testa, ao dizer que as contas não eram credíveis, estava a colocar em causa a certificação legal das mesmas. Lembrou que o documento era um relato de contas e não um documento estratégico. Portanto, o essencial era refletir a realidade e não a ambição que se pudesse ter. Concluiu dizendo que, até ao momento, ainda não tinha ouvido ninguém a apontar um caminho alternativo. Perguntou se alguém ali defendia, efetivamente, que a Câmara deveria ter entrado em incumprimento no pagamento das dívidas que assumiu, perguntando concretamente o que é que deixariam para trás, por pagar.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que embora as contas estivessem corretas tecnicamente, a Câmara se auto justificava e tinha despesas para funcionar. Em qualquer situação, em que a sociedade civil do concelho necessitasse da Câmara, ela não estava lá. Portanto, a intervenção do Miguel Serafim era o principal libelo acusatório e era muito forte o que o mesmo dizia serem as fragilidades.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a sua intervenção não foi baseada em elementos vagos. Ao ter referido que as contas não eram credíveis não significou que contabilisticamente não o fossem, mas sim que os elementos que estavam na base da sua construção não o eram. Até que tais elementos, como as contas da Fundação Robinson e do MMPO fossem explicados não podiam verificar se as mesmas eram ou não credíveis. Acrescentou que até a própria certificação legal de contas tinha admitido que contabilisticamente as contas eram credíveis, mas que para serem verdadeiramente credíveis seria preciso cruzar aquelas operações financeiras para serem englobadas na demonstração de resultados do município. Relativamente às alternativas, disse que já há treze anos e meio que ali têm dito como é que se fazia a alternativa, a qual também já tinha sido ali mencionada e que era com o aumento da receita, da base tributável. Tal seria possível com a captação de investimento e com a angariação de empresas. O problema era que a Presidente tinha decidido abandonar aquele “campeonato” da procura de investimento.-----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que ninguém tinha abandonado o campeonato da captação de investimento. No entanto, não era uma tarefa fácil, mas havia ainda muita coisa por fazer. Disse ao membro Cristóvão Crespo que a sua intervenção não visava defender nem acusar ninguém, assim como também não era caixa de ressonância de ninguém. Portanto, as suas intervenções ali tinham como contributo apoiar e ajudar o executivo a melhorar a vida da população do concelho.-----

No uso da palavra, Hugo Capote, disse que tinha criticado o caminho apresentado porque era o mesmo, uma vez que o FAM mais não seria do que injetar algum dinheiro para o Município ter alguma coisa a circular, mas mediante duras regras: menos investimento, menos trabalhadores e as taxas no máximo. O objetivo seria o de tentar transformar a “máquina” da Câmara, que se auto justificava, numa máquina virada para as necessidades dos portalegrenses e não ao serviço da dívida. Perguntou porque é que nas propostas de investimento, a nível da administração central, para as zonas mais depauperadas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

economicamente fragilizadas, o PSD e o PS tinham votado contra, porque é que não se aprovaram verbas para a criação de lares, para mais postos de trabalho, porque é que o governo tinha tirado de cá os organismos regionais.....

Terminadas as intervenções foi colocada a votação a prestação de contas da Câmara.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou não aprovar a prestação de contas da Câmara Municipal de Portalegre por maioria, com 14 votos contra (8 PS: 4 CDU, Fernando Areias e Jorge Isidro), 2 abstenções (PSD) e 12 a favor (CLIP), em 28 presenças.....

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)

“Por várias a Sr.^a Presidente quando questionada sobre qual a estratégia para Portalegre, referiu que a estratégia passava por pagar a dívida.

Pois bem, as contas aqui apresentadas revelam claramente que a obsessão de pagar a dívida não é uma estratégia, poderá ser um desejo e os problemas não se resolvem com desejos.

Ao longo das várias assembleias municipais e das várias intervenções que tenho feito, venho alertar para o facto de ser necessário a elaboração de um plano estratégico e apostar no desenvolvimento económico.

Na assembleia realizada em 28 de novembro de 2014 disse na declaração de voto e passo a citar: “devo dizer-lhe que me preocupa esta sua afirmação - *a estratégia passa por pagar a dívida* - porque só é possível pagar a dívida se existir uma estratégia que permita reduzir custos e aumentar a receita e para isso acontecer é necessário um conjunto de medidas. E a verdade é que não verifiquei uma única medida nesse sentido.

As opções que V.^a Ex.^a está a tomar em relação ao nosso concelho vão contribuir para que tenhamos um concelho mais envelhecido com menos pessoas e com menos qualidade de vida. Infelizmente, vamos chegar ao ponto de não ter receitas para pagar a dívida e eu não quero contribuir para a destruição do meu concelho.” Fim de citação.

As contas aqui apresentadas, infelizmente, já demonstram a redução nas receitas e uma fraca execução das grandes opções do plano, entre as quais destaco o turismo que deixou por executar 67% do que tinha planeado executar em 2014. Uma área que considero extremamente importante para ajudar a dinamizar o nosso concelho.

Refere a Sr.^a Presidente, na declaração de voto que apresentou na reunião de Câmara, onde foram aprovadas as contas, o seguinte: “*Temos tentado reduzir a dívida, mas tal não se consegue de um dia para o outro. E isto, contrariamente ao que seria a nossa vontade, coloca-nos perante a necessidade de reduzir o investimento e a atividade nalgumas áreas. Se alguém nos conseguir explicar como é que se reduz a dívida e se contornam a limitações legais.*”

Para além de todos os contributos já prestados nas várias assembleias pelos vários membros municipais e eu próprio, entre muitos destaco, por exemplo, a sugestão da criação do gabinete ou departamento direcionado para o desenvolvimento económico e diria que um bom princípio seria a boa aplicação dos dinheiros públicos.

Pelo exposto, voto contra e subscrevo as declarações de voto dos vereadores do PS e da CDU.”

Declaração de voto - PS (reprodução na íntegra da declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista no Executivo Municipal de Portalegre - reunião de 24.04.2015)

“Apesar do exercício técnico das contas da Câmara Municipal de Portalegre não oferecer quaisquer dúvidas, as contas do Município de Portalegre apresentam cada vez menos credibilidade, pelo que mais do que nunca merecem o nosso voto desfavorável.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Basta ler com atenção os relatórios (sempre muito cifrados) das revisões de contas, da Câmara, Mercado Municipal e Fundação Robinson. As inúmeras reservas e ênfases dizem tudo sobre a opacidade da verdadeira situação financeira do Município. Nestes relatórios são explícitas as dúvidas sobre a mesma. Por exemplo quando se lê no Relatório do ROC do Município que “não estão refletidos nas demonstrações financeiras os efeitos que poderão vir a ocorrer com a concretização da referida deliberação” (refere-se à internalização do Mercado pelo Município), percebemos que há muita dívida escondida - se não se sabe o impacto, é porque não se sabe qual o ativo e passivo que transitam para o Município. Obviamente as ênfases no relatório da Fundação são ainda muito mais graves, apesar daqui discordarmos completamente do ROC, uma vez que imputa ao Município responsabilidades que nunca este assumiu, pelo que a situação da Fundação é verdadeiramente uma “bomba relógio” que não sabemos quantificar. Até porque dos €2.362.776,76 que o ROC assume que a Fundação vai receber, apenas pôe em causa €336.403 e eventualmente mais €438.016,46. Já é muito mas será certamente muito mais. Já no ano passado a Câmara teve que absorver uma perda de mais de três milhões de euros que tinham sido durante anos considerados crédito da Fundação, quando afirmávamos desde 2010 o contrário. Para nós haviam na altura 5 milhões virtuais na Fundação. Após a consolidação a Câmara já absorveu 3M€. vamos ver se não eram mesmo os 5 milhões e ainda faltam dois de perdas!

Em resumo esconde-se dívida onde se pode: Sem controle na Fundação, alguma, mas cada vez mais no mercado e até já se faz o mesmo nos Serviços Municipalizados, com uma descapitalização crescente, que irá afetar as infraestruturas, equiparando o mau serviço ao que já é um caos na Câmara, com a gestão corrente em rutura total.

Poderíamos continuar com evidências do verdadeiro pântano que são as finanças municipais, mas a auditoria (por nós pedida há muito) que por certo, a bem ou a mal, não tardará, tudo trará a lume.

Em resumo: A Sra. Presidente e a maioria CLIP que governa a câmara, estão satisfeitos com a Prestação de Contas de 2014. Infelizmente, Portalegre e os Portalegrenses não podem partilhar da mesma felicidade.

Esta Prestação de Contas indica bem o que não vem sendo feito nos últimos anos no nosso Município.

Vão-se pagando dividas de forma avulsa e arbitrária, sem uma estratégia definida, e ao sabor dos ventos que correm! De cada vez que se abre uma gaveta, lá surge mais um compromisso financeiro por pagar, quer sejam com obras mal explicadas na Zona Industrial, quer sejam com a compra do edifício do Largo do Operário na antiga Robinson.

Estas contas evidenciam que o Município de Portalegre governado pela Dra. Adelaide Teixeira, bloqueou a atividade da cidade e do concelho!

Não resolveu os problemas de limpeza e salubridade, não investiu na requalificação da câmara antiga, não aplicou um cêntimo na revitalização da zona do comércio tradicional, não pintou passadeiras, nem os bebedouros das escolas conseguiu abrir, e o apoio às freguesias e associações culturais, recreativas e desportivas do concelho continua congelado por tempo indeterminado.

A política orçamental e financeira da Sra. Presidente, vai matando a cidade aos poucos, porque a câmara alheia-se dos problemas básicos que os Portalegrenses sentem no seu dia-a-dia.

São dezenas de lojas e restaurantes fechados em toda a cidade, são as ruas sujas e com pavimentos por arranjar. São as escolas por intervencionar, e os equipamentos desportivos e culturais no limite da rutura, por falta de manutenção, de que a piscina dos assentos é o caso mais flagrante.

Qual a resposta que a maioria CLIP dá a tudo isto?

Pagámos alguma dívida! Mas como? Em que condições? Vinda de onde? E com que custos para Portalegre?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ao mesmo tempo que pagam alguma dívida avulsa, e ao sabor da pressão dos credores, tudo parou no nosso concelho, e o orçamento e atividade municipal vão diminuindo para o nível de uma aldeia, sem capacidade de liderança, e com uma gestão inexistente.

Estas contas demonstram que o processo de abandono da cidade é uma realidade, e que a Sra. Presidente e restantes vereadores a tempo inteiro, identificam-se com isto e com esta total inércia.

Esta é uma gestão feita apenas dentro do conforto dos seus gabinetes, sem vir para a rua, sem sentir as dificuldades que os portalegrenses sentem, que os comerciantes sentem, que os empresários, que os jovens, que os dirigentes associativos da nossa terra sentem, gestão obcecada com números de fiabilidade duvidosa, e em que as pessoas não contam para nada.

Estas são as contas do pré-FAM!

Portalegre que se prepare, que depois dos planos de saneamento financeiro a que a Câmara está agarrada, chegará agora o Fundo de Apoio Municipal, que atirá entre outras coisas, o valor do nosso IMI, para o máximo possível, dando uma machadada final na viabilidade económica de muitas famílias e empresários Portalegrenses.

Por tudo isto, e porque o caminho não pode ser este, os Vereadores do Partido Socialista na CMP, votam contra esta Prestação de Contas para o ano de 2014.”

7 - Documentos de Prestação de Contas dos SMAT - 2014;

- Deliberação de 07.04.2015 -

Presentes os documentos de Prestação de Contas - 2014 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a prestação de contas de 2014 dos SMAT. -----

Não havendo intervenções sobre o ponto passou-se à sua votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar os documentos de Prestação de Contas dos SMAT - 2014, por maioria, com 26 votos a favor, 2 abstenções (PSD) em 28 presenças.-----

8 - Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 dos SMAT;

- Deliberação de 07.04.2015 -

Presente informação referente à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, assumir o resultado líquido verificado para transitados, em virtude de não ser sustentável pelos Serviços Municipalizados.-----

Não havendo intervenções sobre o ponto passou-se à sua votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar por unanimidade, em 28 presenças, a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 dos SMAT. -----

9 - Relatório de Contas do MMPO - Mercado Municipal de Portalegre;

- Deliberação de 20.04.2015 -

Presente relatório de contas do MMPO - Mercado Municipal de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, olhando para o relatório em causa, até dava ideia de que aquela era uma empresa saudável, mas depois chegava-se à conclusão que não era bem assim. Havia qualquer coisa que estava ali mal. Era discutível o modelo encontrado e se, eventualmente, o mesmo não tinha vindo trazer mais custos desnecessários ao funcionamento do mercado, mas se o assumiram assim, depois tinham de ser consequentes. Obviamente que se o mercado municipal servia de palco a várias atividades e se era um prestador de serviços, deveria ser remunerado pela prestação dos mesmos. A empresa MMPO não tinha de suportar as atividades que a própria Câmara Municipal fazia naquele espaço.

Não havendo mais intervenções sobre o ponto passou-se à sua votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar o relatório de contas do MMPO - Mercado Municipal de Portalegre, por maioria, com 12 votos a favor (CLIP); 7 abstenções (4 CDU, 2 PSD e Fernando Areias) e 9 votos contra (8 PS e Jorge Isidro), em 28 presenças.-----

Declaração de voto - PS (Vereador Pinto Leite - reunião do executivo de 20.04.15)

“Voto contra porque o Revisor Oficial de Contas apresenta duas reservas (para além das ênfases) onde é claro que as contas não estão de acordo com o atual mandato da Comissão Liquidatária, pressupondo a continuidade da sociedade, o que não é o caso. Logo aqui a irregularidade está confirmada pelo ROC. Entretanto a sociedade entrou em incumprimento, pelo menos há dois anos (o que só agora se sabe) com a CGD, embora por arrastamento do incumprimento da própria acionista Câmara perante si. O que está pois a acontecer, com o silêncio da Comissão Liquidatária, é o esconder de dívida da Câmara na sociedade do Mercado, para além de prejudicar o exercício com a não cobrança de rendas que só a Câmara poderia assumir, e nunca a Comissão liquidatária (como o aluguer de espaços). Os pareceres do ROC e Fiscal único, embora não explícitos, são claros quanto à não conformidade das contas.”

5 - Proposta de alteração aos estatutos da Fundação Robinson;

- Deliberação de 23.02.2015 -

Presente proposta de alteração dos Estatutos da Fundação Robinson. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Jorge Velez e Luís Pargana aprovar a alteração dos estatutos da Fundação Robinson, em cumprimento da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.-----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que a proposta que lhes era ali apresentada era idêntica a uma que já ali tinha ido e que foi retirada. Perguntou o que é que se tinha entretanto alterado, para o proponente persistisse na apresentação da mesma. -----

A Presidente da Câmara lembrou que a proposta foi retirada na Assembleia, mas tinha passado na reunião de Câmara.-----

No uso da palavra, Luís Testa lembrou que aquela proposta era semelhante a uma que tinha sido aprovada no Conselho de Curadores, em junho de 2013, a qual foi rejeitada pelo executivo camarário. Portanto, gostaria de saber se se tinha alterado algo, para que persistissem na mesma proposta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que aquela alteração estatutária resultava da lei e era a adaptação à lei-quadro das fundações.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que o que tinha acontecido em junho de 2013 foi o seguinte: houve uma proposta de alteração estatutária, aprovada pelo Conselho de Curadores e que foi levada à reunião de Câmara, onde se vislumbrou a necessidade de se proceder a determinadas alterações, relativamente às quais até havia unanimidade de todos os vereadores, não contrariando a lei de bases das fundações. Face a esse entendimento perguntou porque é que a Presidente persistia num modelo que contrariava a unanimidade e que não era do conteúdo de todos os vereadores, uma vez que até havia a disponibilidade, mesmo albergando algumas situações, de haver uma aprovação generalizada do documento.--

A Presidente da Câmara referiu que se tinha mantido ao máximo aquilo que já estava nos antigos estatutos e o que se tinha feito foi simplesmente a adaptação à lei-quadro.-----

Luís Testa disse que, provavelmente, a Presidente não tinha percebido bem a questão. Contudo, o que era certo era que, quase dois anos depois, voltavam as mesmas sugestões de alterações, vertidas numa proposta idêntica, que ele desconhecia se tinha sido novamente apreciada pelo Conselho de Curadores e que eram ali submetidas à Assembleia Municipal. O que seria lógico era que o Conselho de Curadores tivesse a sensibilidade de adotar as práticas recomendadas, por todos os vereadores e produzisse uma proposta de alteração estatutária que fosse ao encontro das vontades unânimes de todos os vereadores. Em conclusão, aquela proposta não refletia as preocupações da vereação.-----

A Presidente da Assembleia informou que tinha havido uma reunião de Câmara, em fevereiro de 2015, na qual a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a alteração de Estatutos da Fundação Robinson e remeter à Assembleia. Portanto, os estatutos estavam ali em cumprimento em daquela deliberação.-----

Luís Testa voltou a perguntar se, uma vez que estavam a tratar de uma instituição tão relevante para o funcionamento e consumo de recursos financeiros do Município, porventura não teria sido necessário ouvir, para além dos vereadores, as bancadas que não tinham representação na Câmara. Evidentemente que não estavam ali a tratar de um assunto para meia dúzia de anos e a Fundação Robinson ocupava, infelizmente, um espaço central na vida de Portalegre. Portanto, era desejável alcançar-se um consenso, que a Presidente da Câmara persiste em esfumar.-----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que aquela questão foi muito discutida ali, na Assembleia, aquando da integração da Fundação no perímetro orçamental da Câmara. Na altura, a Presidente da autarquia tinha concordado que o executivo camarário e a Assembleia se pronunciassem sobre as contas da Fundação Robinson. Contudo, posteriormente, disse que tal não era possível porque os estatutos não o permitiam e que então seria efetuada uma alteração aos mesmos. Uma das preocupações da altura, entre outras, era o facto dos mandatos da fundação serem de cinco anos, enquanto os da Câmara, que era o seu principal acionista, eram de quatro. O que se constatava, com aqueles estatutos, era que continuavam a não prever que a Assembleia Municipal ou o executivo se pudessem pronunciar, até porque só naquela sessão é que iriam tomar conhecimento do relatório de contas da fundação Robinson. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara confirmou aquela situação e lembrou que a impossibilidade legal é por não existir lei habilitante. Relativamente aos cinco anos de mandato, disse ser obrigatória assim e não tinha sido discutida pelo executivo atual, mas sim antes. Quando se levou a alteração à Assembleia, ainda não tinham na sua posse toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

informação que lhes permitisse dizer se seria assim, ou não. No caso de os estatutos serem reprovados, perguntou o que é que se faria depois, visto não haver lei habilitante.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que os mandatos na Fundação Robinson não eram a principal preocupação do PS, uma vez que cada administração que lá passou e que teve conhecimento do verdadeiro pântano que aquilo era, logo saía de lá a correr. No entanto, sobre o facto de não haver lei habilitante, não existe qualquer conflito relativamente à necessidade, por parte do Município de ser o órgão Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre as contas da Fundação Robinson. Disse à Presidente da Câmara que ou existia sensibilidade para acolher, do ponto de vista regulamentar ou estatutário, a exigência da apreciação por parte do órgão fiscalizador das contas da Fundação Robinson ou aqueles estatutos mereciam voto negativo do Partido Socialista. Por último, referiu que a Presidente da Câmara poderia equacionar a hipótese de ali propor a aprovação de um regulamento municipal que obrigasse a Assembleia Municipal a pronunciar-se, por parte do Município, relativamente às contas de entidades externas, em vez de ser o executivo camarário e, claro estava, cumprindo assim o verdadeiro objetivo do órgão deliberativo e fiscalizador.-----

A Presidente disse que a única coisa que poderia acrescentar era que efetivamente estava previsto na lei-quadro das fundações os cinco anos de mandato (art.º 58.º, n.º 7) e, portanto, dos pareceres jurídicos que tinham e não havendo lei habilitante aquelas contas tinham de ser submetidas ao Tribunal de Contas e ao Conselho de Ministros.-----

Não havendo mais intervenções sobre o ponto passou-se à sua votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou não aprovar a alteração de estatutos da Fundação Robinson, por maioria, com 14 votos contra (8-PS, 4-CDU; Jorge Isidro e Fernando Areias), 2 abstenções (PSD) e 12 votos a favor (CLIP), em 28 presenças.-----

Neste momento saiu da sala Rui Simplício.-----

10 - Relatório de gestão e contas da fundação Robinson/2014 - Plano de atividades e orçamento para 2015 - Para conhecimento;
- Deliberação de 24.04.2015 -

Presente o Relatório de Gestão e Contas da Fundação Robinson/2014 - Plano de Atividades e Orçamento para 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

Voltou a entrar na sala Rui Simplício.-----

11 - Prestação de contas consolidadas;
- Deliberação de 24.04.2015 -

Presente a prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Portalegre referentes a 2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana e com o voto de qualidade da Senhora Presidente, aprovar a prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de 2014.-----

Não havendo intervenções sobre o ponto passou-se à sua votação.-----

-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, não aprovar a alteração de estatutos da Fundação Robinson, com 14 votos contra (8 PS; 4 CDU; Fernando Areias e Jorge Isidro), 2 abstenções (PSD) e 12 votos a favor (CLIP), em 28 presenças.-----

Aprovação em minuta:

A Presidente da Assembleia chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes na sala.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi pela Presidente da Assembleia encerrada a 9.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.15 h, do dia 01 de maio do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----